



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA
6ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO - POPULAÇÕES INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS
ASSESSORIA PERICIAL

NOTA TÉCNICA Nº 085/2014/6ª CCR/Asper

REFERÊNCIA	Peças de informação ICP nº 1.25.002.001330/2030-09
SOLICITANTE	Carlos Henrique Macedo Bara, Procurador da República, PRM Cascavel/Toledo-PR
EMENTA	Saúde e Educação Indígena. Povo Guarani do oeste do Paraná

1 INTRODUÇÃO

Esta Nota Técnica tem o objetivo de atender à solicitação do Procurador da República da PRM/Cascavel/Toledo, para realizar uma análise da suficiência das medidas adotadas pelos órgãos responsáveis pelo atendimento à saúde e educação indígena do Povo Avá Guarani e caso seja constatada a deficiência na atuação de algum, apontar quais providências poderão ser adotadas pelo MPF, com objetivo de regularizar as referidas situações.

2 ITENS DE DESENVOLVIMENTO

2.1 Contexto da demanda

Trata-se do abaixo-assinado da Comissão Guarani Yvyrupup, formada por caciques e lideranças Avá-Guarani do oeste do Paraná que estiveram reunidos em assembleia no Tekoha Itamarã, em meados de 2013. Eles solicitaram melhorias na assistência à saúde, saneamento básico e adequação no atendimento de educação, principalmente nas comunidades localizadas em Guaíra e Terra Roxa. Relataram que não existe Polo Base, médicos, viaturas e nem estrutura suficiente para o atendimento diferenciado à saúde indígena. O Polo Base mais

próximo fica a mais de 300 km das aldeias. Na maioria das comunidades não existe saneamento básico nem água potável. Quanto à educação, relataram que as crianças indígenas são discriminadas nas escolas.

Assim, reivindicam:

Saúde:

- 1- criação de dois polos base com atendimento médico (clínico geral, pediatria, ginecologista/obstetra, principalmente) e odontológico e não apenas atendimento de enfermeiras e/ou auxiliares;
- 2- construção de postos de saúde nas demais aldeias;
- 3- contratação de Agente de Saúde Indígena (AIS) e Agente de Saneamento Indígena (AISAN) em todas as aldeias;
- 4- aquisição de maior estrutura, como carro e ambulância, para atendimento e transporte dos indígenas em caso de emergência;
- 5- apoio, instalação e ampliação da rede de saneamento (água potável e construção de módulos sanitários) em todas as aldeias;
- 6- atendimento de urgência e emergência;
- 7- apoio para formação dos Conselhos Locais de Saúde e melhoria da representação no Conselho Distrital de Saúde Indígena.

Educação:

- 1- construção de escolas nas aldeias Tekoha Porã e Tekoha Jevy (Guaíra), Tekoha Araguaçu (Terra Roxa), Tekoha Vy'a Renda (Santa Helena), assim como em todas as outras aldeias no oeste do Paraná;
- 2- melhoria da estrutura nas escolas que já existem em Tekoha Marangatu (Guaíra); Tekoha Anhetete e Tekoha Itamarã (Diamante do Oeste); Tekoha Oco'y (São Miguel do Iguaçu).
- 3- formação continuada dos professores indígenas e não indígenas para melhor atender à educação diferenciada das crianças indígenas¹.

2.2 Encaminhamentos das demandas

Essas demandas indígenas foram encaminhadas pelo Ministério Público Federal (MPF) aos órgãos competentes para providências.

2.2.1. Saúde

As informações do Coordenador Distrital de Saúde Indígena (DSEI-ISUL/SESAI/MS) são de 23 de outubro de 2013 e relatam:

¹ Fl. 31 e 32 do documento escaneado encaminhado.

- a assistência à saúde aos indígenas das Terras Indígenas dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro são de responsabilidade do Distrito Especial Indígena Litoral Sul/DSEI/LSUL, com sede em Curitiba²;
- os Planos de Trabalho Anuais são elaborados com base nas diretrizes do Ministério da Saúde, que considera os quadros nosológicos e as realidades epidemiológicas regionais no âmbito da Atenção Básica à Saúde Indígena;
- no Modelo de Atenção à Saúde Indígena, o Polo Base é uma instituição administrativa de apoio à Equipe Multidisciplinar de Saúde Indígena (EMSI) que fica localizada na Unidade Básica de Saúde (UBSI)³ na terra indígena. É o Polo Base situado na cidade de Guarapuava que faz a intermediação entre a sede do DSEI localizado na cidade de Curitiba e as demais instâncias, semelhantes às UBSIs;
- a dificuldade relatada pelas equipes de saúde no atendimento prestado é a grande mobilidade da população das aldeias de Guaíra e Terra Roxa para as aldeias Guarani, localizadas no Município de Terra Roxa, no Estado de Mato Grosso do Sul e no Paraguai, e o surgimento de novas aldeias a partir desses deslocamentos. Tudo isso dificulta o cumprimento do plano estratégico anual aprovado pelo controle social do Subsistema de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas e o pronto atendimento de demandas indígenas;
- os encaminhamentos de média e alta complexidade são enviados pela EMSI à rede SUS.

Quadro 1
Assistência à saúde Indígena

município	área	aldeia	pop	equipe
	urbana	Tekoha Marangatu	400	A Atenção Básica é prestada, semanalmente, por uma enfermeira nas aldeias com vacinações, vigilância nutricional, assistência à gestante e à crianças, doenças
		Tekoha Porã	130	
		Tekoha Karambei	80	

² Portaria MS nº 2.683, de 17 de novembro de 2012.

³ Unidade Básica de Saúde/UBSI é um local onde se recebe os atendimentos básicos e gratuitos em Pediatria, Ginecologia, Clínica Geral, Enfermagem e Odontologia. Os principais serviços oferecidos pelas UBS são consultas médicas, inalções, injeções, curativos, vacinas, coleta de exames laboratoriais, tratamento odontológico, encaminhamentos para especialidades e fornecimento de medicação básica.

Guaíra	rural	Tekoha Jevy	220	transmissíveis, doenças agudas. Os casos mais graves são encaminhados para a rede do SUS localizadas nos municípios. Quando precisam de remoção para os estabelecimentos de saúde são transportados por carro oficial da rede SUS ou por viatura oficial da equipe de saúde. As aldeias Tekoha Marangatu e Tekoha Terra Porã possuem um AIS e um AISAN.
		Tekoha Vhovy	100	
		Tekoha Mirim	70	
		Tekoha Tatury	60	
		Tekoha Guarani	80	
Terra Roxa	rural	Tekoha Araguaçu	140	
		Tekoha Porã renda	80	
		Tekoha Nemboete	20	
		Tekoha Yviraty Porã	180	
		Tekoha Tajy Poty	12	
Diamante D'Oeste	rural	Tekoha Antete	273	Atendimento de 2a. A 6a. Feira pela EMSI completa: Médico, enfermeiro, cirurgião dentista, técnico de enfermagem, AIS, AISAN. UBSI e viatura oficial permanente em cada uma das aldeias.
		Tekoha Itamarã	135	
Santa Helena	rural	VY'a Renda	90	Atendimento de 2a. A 6a. Feira: Médico, enfermeiro, técnico de enfermagem e AIS
São Miguel do Iguaçu	rural	Ocoí	675	Atendimento de 2a. A 6a. Feira: Médico, enfermeiro, cirurgião dentista, técnico de enfermagem, AIS, AISAN e agente de endemias

Fonte: Fls. 21-22 dos documentos escaneados enviados.

2.2.2- Educação

As informações registradas nos documentos enviados demonstram que, em dezembro de 2013, o prefeito de Diamante do Oeste - SC informou ao MPF a readequação de todas as estradas do interior das aldeias Itamarã e Anhetete, para maior trafegabilidade e a criação da Divisão de Cultura Indígena no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes para adoção, implementação, coordenação e avaliação de políticas e medidas que promovam a cultura dos povos indígenas, buscando assegurar o direito à sua preservação, além de receber reivindicações do movimento organizado indígena.

O Departamento da Diversidade – Coordenação da Educação Escolar Indígena da Secretaria de Estado de Educação do Paraná informou, em maio de 2011, que os alunos da Terra Indígena Tekoha Añetete cursam o ensino fundamental na Escola Estadual Indígena Kuaa Mbo'e, localizada na aldeia. Essa escola tem cinco salas de aula, banheiros, cozinha, refeitório, sala de direção e da equipe pedagógica com seus respectivos mobiliários, quadra esportiva coberta e parque infantil. Tem um projeto de ampliação para mais três salas de aula, biblioteca e laboratório. Possui vinte e cinco profissionais (nove são indígenas). São 167 alunos (13 na educação infantil; 51 nas atividades complementares; 47 no ensino fundamental [1º ao 5º ano]; 56 no ensino fundamental [6º ao 9º ano]). A merenda escolar que recebem é proveniente da

Agricultura Familiar, do Programa Leite das Crianças e Compra Descentralizada. A maioria dos indígenas frequenta o curso de Educação de Jovens e Adultos (1ª e 2ª fases) na própria aldeia. Outros preferem estudar no Colégio Estadual Diamante D'Oeste, na sede do município.

A Terra Indígena Itamarã possui a Escola Estadual Indígena Araju Porá com quatro salas de aula e demais dependências. São quinze profissionais, cinco deles indígenas. São 56 alunos (4 na educação infantil; 15 nas atividades complementares; 37 no ensino fundamental (1º ao 5º ano). Também recebem a mesma merenda escolar da TI Tekoha Añetete.

A formação qualificada de professores bilíngues é o maior entrave para uma educação adequada às especificidades indígenas. No entanto, o Estado do Paraná está capacitando seus professores (111 indígenas já foram capacitados e outros 16 estão concluindo o curso Técnico de Agropecuária) e novas turmas serão abertas em 2015. O Programa de Ações Descentralizadas (PAD) acompanha *in loco* a formação desses professores, com orientações e oficinas de Matemática, Português e Língua Guarani. A contratação de professores é de acordo com a demanda escolar indígena.

Observa-se ainda que as respostas aos questionamentos do Procurador da República no Município de Cascavel, apresentadas por meio do ofício nº 1544/2013, estão contidas no ofício nº 335/2014-DG/SEED da Secretaria de Estado da Educação. Ao que parece, a resposta apresentada buscou apenas quantificar alguns dados, não apresentando uma maior complexificação, tal como deveria ser realizado devido aos problemas elencados.

Pelas respostas apresentadas, não pode-se concluir que haja uma estrutura adequada para atender o quantitativo de crianças, como também uma distribuição efetiva de merenda escolar e de material didático. As respostas também não elucidam aspectos das distâncias enfrentadas pelas crianças das comunidades, já que nas solicitações de indígenas pedem novas escolas, como também não elucidam aspectos do transporte escola. Não há maior detalhamento sobre os questionamentos referentes ao Ensino Médio, o que torna difícil a visualização da situação real e da demanda reprimida. Outro ponto que se destaca é a dificuldade em implementar uma educação diferenciada, havendo, na sua maioria, professores não indígenas. Por fim, destaca-se a ausência de Plano Político Pedagógico, instrumento essencial para a consolidação de demandas por uma educação indígena diferenciada.

3- CONSIDERAÇÕES

Tendo em vista que essas informações são de 2013, pesquisamos na *internet*⁴ dados mais atualizados sobre a assistência à saúde e educação dos Guarani na região oeste do Paraná. Os Municípios de Diamante D'Oeste, Guaíra, Santa Helena, São Pedro do Iguçu e Terra Roxa estão vinculados ao Núcleo Regional de Educação de Toledo, junto à Secretaria de Estado da Educação. Ele foi criado em 1984 e possui 16 municípios e 91 escolas sob sua jurisdição e atende 750 indígenas Avá-Guarani, entre adultos e crianças, distribuídos em cinco aldeias, sendo duas em Diamante D'Oeste, duas em Guaíra e uma em Terra Roxa. Há ainda uma aldeia indígena em fase de formação em Santa Helena. Além das escolas no Município de Diamante do D'Oeste, existe uma escola Estadual Indígena Nbya Porã na aldeia Tehoha Marangatu em Guaíra. Outras duas escolas estão em processo de criação – Escola Estadual Indígena Tekó Nhepyntum, na aldeia Tekoha Porã em Guaíra, e a Escola Estadual Indígena Tekoha Poty, em Terra Roxa. Os professores são indígenas e não indígenas e as escolas são bilíngues.

Esse Núcleo Regional possui equipes multidisciplinares⁵ e pedagógica para organizar o trabalho escolar, orientar e auxiliar o desenvolvimento das ações relativas à Educação das Relações Étnico-raciais e ao Ensino de História e Cultura afro-brasileira, africana e indígena, ao longo do período letivo, na perspectiva de contribuir para que os alunos negros e indígenas convivam positivamente e valorizem a história e a cultura de seu povo.

A Divisão da Cultura Indígena, subordinada ao gabinete do prefeito, está sob a responsabilidade do indígena guarani Adriano Rokenju Chamorro. Uma de suas reivindicações é um posto de saúde para as duas aldeias do município de Diamante d'Oeste (cerca de 170 famílias)⁶.

Entretanto, apesar de não ter encontrado qualquer outra informação atual acerca da assistência à saúde indígena Avá-Guarani do oeste do Paraná, constatei nessa pesquisa que em 2012, essas lideranças já tinham se reunido para reivindicar demarcação de terra, saúde e educação. Como a situação de vulnerabilidade, segurança alimentar e violações aos direitos indígenas permaneceu, realizaram essa segunda assembleia, objeto desse procedimento. As notícias destacam que o representante do MPF presente nessa reunião salientou que os direitos à alimentação, água potável, saúde e educação independem da regularização fundiária e tomou

⁴ Disponibilizado em: <<http://www.nre.seed.pr.gov.br/toledo/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=168>>. Acesso em: 22/10/2014.

⁵ Instrução da SUE/SEED, de acordo com o disposto no art. 8º da Deliberação nº 04/06 – CEE/PR

⁶ Disponível em: <<http://www.oparana.com.br/variedades/2014/02/diamante-do-oeste-cria-divisao-de-cultura-indigena/1144892/>> Acesso em: 24/10/2014.

uma série de providências em relação às aldeias indígenas Guarani localizadas nos Municípios de Guaíra e Terra Roxa⁷:

O Ministério Público Federal tem atuado de forma incisiva na defesa da população indígena da região oeste do Estado do Paraná. Com este enfoque, os procuradores da República Lucas Bertinato Maron e Henrique Gentil Oliveira realizaram visitas técnicas aos quase 1.800 indígenas que residem em 13 aldeias nos municípios de Guaíra e Terra Roxa, entre os dias 4 e 7 de junho de 2013. Como resultado dos elementos coletados nestas visitas técnicas: o MPF instaurou 45 procedimentos administrativos, promoveu a instauração de um procedimento investigatório criminal e requisitou a instauração de dez inquéritos policiais a fim de garantir à minoria indígena a possibilidade de respeito ao princípio da Dignidade da Pessoa Humana.

Durante as visitas foi possível averiguar diversas situações de desrespeito às mínimas condições de vida dos integrantes da comunidade indígena (etnia guarani). Em muitas aldeias, a única fonte de água disponível para beber vem de mananciais impróprios para o consumo humano, muitas vezes contaminados por agrotóxicos e fertilizantes. Foi possível verificar que, dentre as 13 aldeias visitadas, apenas em três há fornecimento de água potável aos moradores.

Além disso, a falta de acesso à educação na língua materna foi apontada como outro grande desafio a ser superado. Apenas em uma das aldeias foi construída uma escola modular, com condições mínimas de aprendizagem em sua língua materna. Fora isso, a educação regular junto à rede pública permite o convívio entre índios e não índios, o que poderia possibilitar interações interculturais harmônicas. No entanto, em razão do clima hostil instalado na região, a convivência tem ocasionado episódios de racismo e intolerância, com relatos de agressões psicológicas por parte de alguns colegas de turma não indígenas, que os acusam de querer “tomar” a cidade. De resto, há relatos de que alguns professores obstaram o acesso de índios à merenda como forma de castigo.

Ainda neste sentido, atitudes racistas têm sido praticadas por alguns dos municípios. *Nas redes sociais, sites e jornais é possível verificar que há bolsões de repúdio à presença dos índios na cidade.* Nas visitas técnicas foi relatado ao MPF que empresas de médio porte teriam demitido todos os empregados de etnia guarani de uma só vez, como forma de represália aos indígenas por estarem postulando a demarcação de terras.

A falta de emprego e de alimento das comunidades indígenas, bem como as péssimas condições de moradia e vida, tem provocado, inclusive, a adoção de atitudes extremas por alguns dos índios. Nos últimos seis meses, dois indígenas cometeram suicídio, o que mostra que todo o clima de animosidade existente na região tem trazido resultados desastrosos para o povo guarani, que, por sua condição de hipossuficiência, é a mais vulnerável vítima do contexto conflituoso.

O Relatório “Violações dos direitos humanos e territoriais dos Guarani no oeste do Paraná: subsídios para a Comissão Nacional da Verdade (1946-1988)”, elaborado pelo Centro de Trabalho Indigenista (CTI), em outubro de 2013, apresenta uma série de depoimentos dos anciãos que vivem nas aldeias nos municípios de Foz do Iguaçu, Diamante D'Oeste, Santa Helena, Guaíra e Terra Roxa. Demonstrou que desde a criação do Parque Nacional do Iguaçu

⁷ Guaíra e Terra Roxa – Ministério Público Federal verifica as péssimas condições de vida de indígenas na região. Disponível em: <<http://www.portalguaيرا.com/PG/guaيرا-e-terra-roxa-ministerio-publico-federal-verifica-as-pessimas-condicoes-de-vida-de-indigenas-na-regiao/>> Acesso em: 23/11/2014.

(1939), das frentes de expansão do agronegócio nos anos 40 e da construção da Usina Hidroelétrica de Itaipu (1975-1982), os direitos sociais e territoriais dos Guarani do oeste do Paraná estão sendo violados.

Atualmente, cerca de 1.800 indígenas Guarani ocupam terras, ainda não regularizadas, na região entre os Municípios de Guaíra e Terra Roxa. Algumas delas são de ocupação exclusiva dos Guarani, outras são habitadas também pelos Kaingang – TI Rio das Cobras e TI Mangueirinha.

No Município de Diamante D'Oeste estão localizadas as Reservas Indígenas Tekoha Itamarã e Tekoha Añetete, adquiridas pela Fundação Nacional do Índio (Funai) em função da inundação de território tradicional dos Guarani pela Hidrelétrica Itaipu e estão regularizadas. Tekoha Marangatu e Tekoha Porã, no Município de Guaíra, estão em estudo pela Funai. No entanto, a maioria das aldeias (treze) estão localizadas nos Municípios de Terra Roxa e Guaíra, em áreas não regularizadas e ocupadas por, aproximadamente, 1.500 indígenas⁸ que retomam seus territórios tradicionais. O acesso à terra e ao território é condição imprescindível para a garantia dos direitos fundamentais dos povos indígenas.

Tendo em vista que as demandas desse Inquérito Civil Público (ICP) datam de mais de dezessete meses e nos documentos encaminhados não consta qualquer reivindicação recente dos Guarani das aldeias Tekoha Itamarã e Tekoha Añetete, como também apresentam inconstância quanto as repostas dadas por meio de ofício, sugiro que se avalie a necessidade de realização de uma perícia antropológica nessas Reservas Indígenas para averiguar *in loco* se as ações de saúde e educação nessas aldeias atendem à especificidade dos Guarani. Coloco-me à disposição.

É a Nota Técnica.

Brasília, 11 de novembro 2014.


ANGEILA MARIA BAPTISTA

Assessora do MPU/Antropóloga 6ª CCR


LEONARDO LEOCÁDIO DA SILVA
Analista do MPU/Perícia/Antropologia

⁸ À fl. 23 dos autos dos documentos encaminhados.